



## **COMUNICADO SOBRE RELATÓRIO DO ESTADO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL**

Após a publicação do Relatório do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre o Estado da Educação em Portugal, tendo como referência o ano letivo transato, 2015/2016, a CONFAP manifesta a sua preocupação relativamente a alguns dados ali evidenciados, nomeadamente o abandono escolar, a cultura de retenção, a educação inclusiva e o acesso ao ensino superior.

Até 2015 Portugal seguia um percurso descendente no que ao abandono escolar diz respeito. No entanto, em 2016 este cenário inverteu-se, contribuindo para um maior afastamento (4%) da meta estabelecida pela União Europeia (10%), para 2020. De acordo com o estudo, esta derrapagem apenas se manifesta nos estudantes do sexo masculino, ao mesmo tempo que estes representam mais 1% da população, face ao sexo feminino. Contudo, a justificação para estes resultados não residirá, certamente, nesse facto.

Sabendo que metade dos jovens que abandonam a escola estão a trabalhar, torna-se visível a sua descrença num futuro melhor, fruto da sua educação. Nem mesmo o aumento do número de turmas no Ensino Profissional conseguiu cativar estes jovens. Ao atingirem a idade que determina o fim da escolaridade obrigatória, decidem optar pelo mundo do trabalho, a escola não lhe diz nada, provavelmente esta não lhes garantiu as mesmas oportunidades.

O ensino profissional é visto como uma estratégia de remediação para quem não consegue atingir resultados no ensino regular. É muito preocupante que assim seja! Este ensino deveria ser credível, exigente, uma opção e não uma estratégia de remediação para concluir o 12º ano. Muitos dos jovens que aqui chegam já vêm com um currículo rico em retenções ao longo do seu percurso escolar. Efetivamente, 17% das nossas crianças e jovens já contam com retenções quando chegam ao 6º ano.

Esta cultura de retenções apenas agrava as desigualdades já existentes entre as diferentes classes sociais, dado que as socialmente mais desfavorecidas têm mais 40% de



probabilidade de chumbo, contra os 12% dos seus pares, provenientes das classes mais favorecidas.

Perante este cenário e sem medidas equitativas que os valorizem, não nos admiremos que os jovens, sem perspetivas de futuro ou ambições profissionais, optem pelo caminho, aparentemente, mais fácil e abandonem a escola.

Tal desfecho é também indicador que as retenções de *per si* nada resolvem, dado que os alunos que obtêm níveis inferiores a três, transitem ou não, dificilmente ultrapassam esses resultados se não forem alvo de medidas de recuperação que permitam a sua evolução. Esta situação torna-se ainda mais gravosa nas disciplinas de matemática e inglês. Este facto transparece, igualmente, na média obtida pelos alunos mais velhos, em cada nível de escolaridade, que é geralmente mais baixa do que a dos seus pares sem retenções, tanto ao nível da avaliação interna como externa.

Afigura-se, assim, óbvio que o sucesso das crianças e jovens que revelam dificuldades logo à entrada da escolaridade obrigatória depende da implementação de medidas de recuperação, revestindo-se de grande importância, para esse efeito, o Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), para além de todos os outros projetos com a mesma finalidade.

De entre as medidas do Plano Nacional mais adotadas, pelas Escolas Públicas Portuguesas, destacam-se a Flexibilização Organizacional e Pedagógica e a Flexibilização Curricular e Metodológica. Ao nível curricular estas medidas recaem, particularmente, na Leitura, Escrita e Matemática. A Flexibilização representa, deste modo, 49% das medidas implementadas. Espera-se, por isso, que a sua avaliação seja alvo de uma séria análise, dado que, a curto prazo, os resultados da sua implementação ainda não são animadores, se considerarmos a taxa de abandono e de retenções em 2016. Acreditamos, contudo, que tais medidas possibilitarão resultados mais positivos, não se resumindo a um aumento de pessoal docente nas escolas. Importante é, sem dúvida, a colocação de recursos técnicos especializados nas instituições de ensino e aprendizagem, bem como de equipas



multidisciplinares, ao mesmo tempo que um verdadeiro acompanhamento, envolvimento e capacitação parental, particularmente das famílias socialmente mais desfavorecidas.

Apesar da recorrente responsabilização das famílias, por parte das escolas, face à vida escolar das crianças e jovens em Portugal, o que é facto é que o Envolvimento e Capacitação Parental, enquanto medida promotora do sucesso escolar, representa apenas 0,032% das medidas adotadas em 2016.

Do mesmo modo, apesar de vivermos numa sociedade digital e, conseqüentemente, da maioria dos nossos jovens viverem “agarrados às máquinas”, ainda poucos viram estes novos recursos como uma ferramenta motivacional, representando os ambientes digitais, enquanto medida do PNPSE, apenas 0,030%. Igual sorte tem a alteração do modelo de avaliação, cuja medida representa 0,024%.

É urgente olhar para esta nova sociedade que criámos e da qual fazemos parte, deixar de “atirar pedras”, pois todos somos responsáveis. Os pais cada vez passam menos tempo com os filhos, sujeitos a trabalhos por turnos ou a trabalhar em vários lugares para fazer face às despesas, outros não conseguem acompanhar a evolução das dinâmicas sociais e tecnológicas, acabando os filhos por obter conhecimentos que vão muito para além dos dos seus progenitores, já para não referir o facto de haver pais que, efetivamente, não o sabem ser. Todos recebemos formação para o desempenho de qualquer função, exceto para a parentalidade.

Por outro lado, as crianças e jovens estão, na sua maioria, híper estimulados por uma enorme quantidade de recursos que encontram ao seu dispor, bem como por uma grande variedade de formas de adquirir conhecimentos, acabando por não encontrar motivação numa escola que nada mudou em dois séculos. Este é o motor do conflito geracional que naturalmente se vive nas escolas, dado que a média de idades dos professores já não facilita a adaptação a esta nova realidade e mesmo os docentes mais jovens têm dificuldades em alterar metodologias já enraizadas.



A mudança terá que passar por sérias alterações na formação inicial dos professores e para isso as Universidades também têm que olhar para dentro, avaliar as suas metodologias e repensar as estratégias e métodos de ensino em Portugal.

As medidas do PNPSE menos implementadas em 2016 são aquelas que mais urge expandir por todas as escolas de Portugal. É necessário que estas saiam da sua área de conforto e arrisquem, ainda que com pequenos projetos piloto que, a pouco e pouco, vão alastrando. O importante é que todas comecem a mudar profundamente.

Se olharmos para as medidas do PNPSE que incidem sobre o currículo verificamos que as escolas continuam a “dar mais do mesmo” às crianças e jovens portuguesas, pois, efetivamente, apesar dos níveis inferiores a três residirem essencialmente na Matemática e Inglês, o Laboratório de Línguas é das medidas menos representada (0,0096%).

O Português e a Matemática continuam a merecer todas as preocupações das escolas em Portugal, como o demonstram a implementação das medidas do PNPSE, pois, infelizmente, continua-se a trabalhar para os rankings. As disciplinas alvo de exame continuam a ser privilegiadas. Não desvalorizando a importância dos exames, parece-nos que verdadeiramente importante será alterar o sistema de avaliação e, conseqüentemente, as regras de acesso ao ensino superior.

Não se nos afigura saudável continuar a exigir comportamentos adultos a crianças e jovens, impedindo-os de viver cada fase da sua vida como todos nós vivemos, porque se instituiu que só com 20 valores terão sucesso na vida. Enquanto pais queremos sempre o melhor para os nossos filhos, mas não pode ser a qualquer custo.

É vergonhosos que tenhamos um sistema de acesso ao ensino superior que alimente uma escola paralela financiada, maioritariamente, pelas famílias financeiramente mais favorecidas. Na realidade, 61% dos jovens do ensino secundário têm explicações a matemática, como forma de garantir o ingresso no ensino superior. Este facto é revelador da ineficácia da Escola Institucional na promoção do sucesso necessário, ainda que Portugal seja o país da Europa com mais horas dedicadas à matemática.



**CONFAP - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS**

Rua Carlos José Barreiros, n.º 16 Cave | 1000-088 LISBOA

T 218 471 978

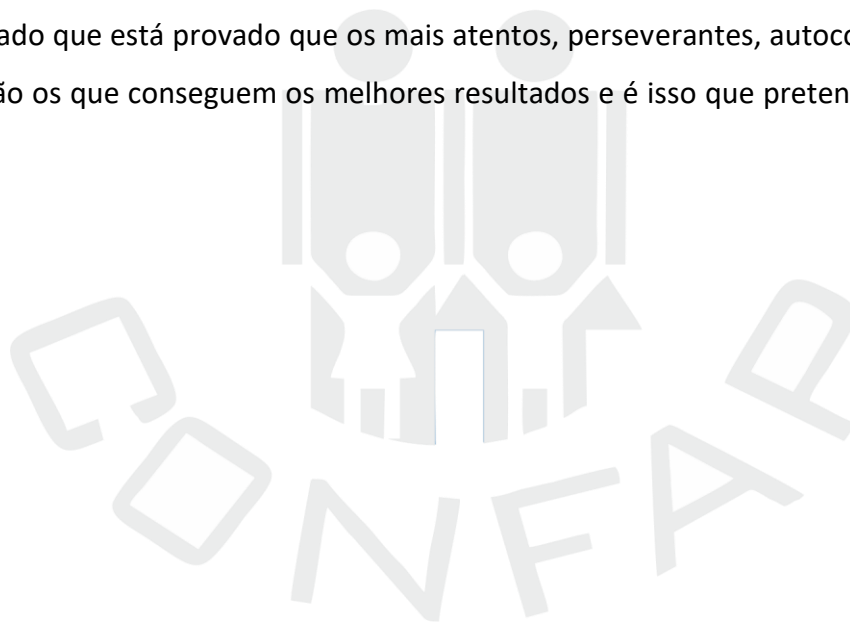
[www.confap.pt](http://www.confap.pt) | [geral@confap.pt](mailto:geral@confap.pt)



É tempo da ESCOLA desempenhar a sua função formadora e as universidades assumirem o seu papel selecionador, papel esse que não deverá caber à Escola Pública, pois esta deve promover a igualdade e equidade, tal como previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo Português.

Enquanto representante dos Pais/EE deste país, o que a CONFAP pretende é uma Escola Inclusiva para TODAS as crianças e jovens de Portugal, portadores de NEE ou não. Consideramos, por isso, fulcral encontrar metodologias diversificadas e diferenciadoras e os recursos especializados necessários que contribuam para a motivação de TODOS os ALUNOS Portugueses, dado que está provado que os mais atentos, perseverantes, autoconscientes e responsáveis são os que conseguem os melhores resultados e é isso que pretendemos para TODOS!

06/01/2018



**“Por uma EDUCAÇÃO presente com FUTURO”**

Pessoa coletiva de utilidade pública - D.R. n.º 46, 11 série, de 24 de Fevereiro de 1987 | NIF 501 229 868